

**ATA NÚMERO 363/XII/4.<sup>a</sup> SL**

Aos dezoito dias do mês de março de 2015, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 360 e 361, referentes às reuniões de 4 e 11 de março, respetivamente.
2. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 278/XII/4.<sup>a</sup> (GOV) – Procede à segunda alteração ao regime que cria a contribuição extraordinária sobre o setor energético, aprovado pelo artigo 228.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.
3. Definição da metodologia para a nova apreciação, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 166/XII/2.<sup>a</sup> (ALRAA) - Alteração ao regime de bens em circulação objeto de transações entre sujeitos passivos de IVA.
4. Distribuição, para elaboração de parecer, do Projeto de Lei n.º 807/XII/4.<sup>a</sup> (PS) - Alarga às entidades que prosseguem atividades culturais a possibilidade de consignação de uma quota do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.  
Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do BE.  
[com conexão à Comissão de Educação, Ciência e Cultura].
5. Distribuição, para elaboração de parecer, do Projeto de Lei n.º 809/XII/4.<sup>a</sup> (PS) - Consagra o princípio da Transparência Ativa em toda a Administração Pública.  
Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.  
[baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, com conexão à COFAP].
6. Distribuição, para elaboração de parecer, do Projeto de Lei n.º 815/XII/4.<sup>a</sup> (BE) - Repõe direitos no acesso ao abono de família.  
Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PS.  
[baixou à Comissão de Segurança Social e Trabalho, com conexão à COFAP].
7. Ponto de situação das iniciativas legislativas pendentes em Comissão.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

8. Apreciação e votação do Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP com vista à realização, no âmbito da COFAP, de um conjunto alargado de audições sobre a fiscalidade das grandes empresas nacionais e multinacionais que operam em Portugal.
9. Deliberação sobre as auditorias a determinar ao Governo e a solicitar ao Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 62.º da Lei de Enquadramento Orçamental, referentes ao ano de 2014.
10. Distribuição de iniciativas europeias.
11. Apreciação das respostas da Comissão Europeia relativas à Recomendação do Conselho sobre a aplicação das orientações gerais de política económica para os Estados-Membros cuja moeda é o euro [COM(2014)401], e à Recomendação do Conselho relativa ao Programa Nacional de Reformas para 2014 de Portugal e que formula um parecer do Conselho sobre o Programa de Estabilidade para 2014 de Portugal [COM(2014)423], ambas escrutinadas pela COFAP.
12. Participação da COFAP nas Jornadas Parlamentares da OCDE.
13. Participação da COFAP no Seminário de Alto Nível sobre Fiscalização Legislativa e Controlo Externo das Contas nos PALOP e em Timor-Leste.
14. Outros assuntos.

---

**1. Apreciação e votação das atas n.ºs 360 e 361, referentes às reuniões de 4 e 11 de março, respetivamente.**

As [atas n.ºs 360 e 361](#), referentes às reuniões de 4 e 11 de março, respetivamente, foram aprovadas por unanimidade, verificando-se a ausência do BE.

**2. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 278/XII/4.ª (GOV) – Procede à segunda alteração ao regime que cria a contribuição extraordinária sobre o setor energético, aprovado pelo artigo 228.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.**

A Comissão procedeu à fixação da redação final da [Proposta de Lei n.º 278/XII/4.ª \(GOV\)](#), nos termos estatuídos pelo artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, tendo esta sido fixada sem votos contra, registando-se a ausência do BE. Foram aceites as sugestões da

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

DAPLEN, com exceção da referente à alínea m) do artigo 2.º do regime que cria a contribuição extraordinária sobre o sector energético, constante do artigo 2.º da Proposta de Lei.

- 3. Definição da metodologia para a nova apreciação, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 166/XII/2.ª (ALRAA) - Alteração ao regime de bens em circulação objeto de transações entre sujeitos passivos de IVA.**

A pedido do Grupo Parlamentar do PSD, a apreciação do presente ponto da Ordem do Dia foi adiada.

- 4. Distribuição, para elaboração de parecer, do Projeto de Lei n.º 807/XII/4.ª (PS) - Alarga às entidades que prosseguem atividades culturais a possibilidade de consignação de uma quota do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.**

**Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do BE.**

**[com conexão à Comissão de Educação, Ciência e Cultura].**

O [Projeto de Lei n.º 807/XII/4.ª \(PS\)](#) foi distribuído ao BE para elaboração de parecer.

- 5. Distribuição, para elaboração de parecer, do Projeto de Lei n.º 809/XII/4.ª (PS) - Consagra o princípio da Transparência Ativa em toda a Administração Pública.**

**Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.**

**[baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, com conexão à COFAP].**

O Senhor Presidente começou por recordar que o [Projeto de Lei n.º 809/XII/4.ª \(PS\)](#) baixara à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, com conexão à COFAP, após o que o Grupo Parlamentar do PSD indicou o Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) como autor do parecer da COFAP sobre a iniciativa.

**6. Distribuição, para elaboração de parecer, do Projeto de Lei n.º 815/XII/4.ª (BE) - Repõe direitos no acesso ao abono de família.**

**Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PS.**

**[baixou à Comissão de Segurança Social e Trabalho, com conexão à COFAP].**

O Senhor Presidente começou por recordar que o [Projeto de Lei n.º 815/XII/4.ª \(BE\)](#) baixara à Comissão de Segurança Social e Trabalho, com conexão à COFAP, tendo o Grupo Parlamentar do PS indicado a Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS) como autora do parecer da COFAP sobre o projeto de lei em apreço.

**7. Ponto de situação das iniciativas legislativas pendentes em Comissão.**

O Senhor Presidente recordou as [iniciativas legislativas pendentes em Comissão](#), solicitando aos Grupos Parlamentares a análise sobre a oportunidade das iniciativas, o agendamento dos pareceres quanto aos Projetos de Lei e a indicação sobre um eventual envio para discussão em Plenário dos Projetos de Resolução.

**8. Apreciação e votação do Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP com vista à realização, no âmbito da COFAP, de um conjunto alargado de audições sobre a fiscalidade das grandes empresas nacionais e multinacionais que operam em Portugal.**

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) apresentou o requerimento em apreço, sublinhando a necessidade de a Comissão continuar a acompanhar um conjunto de temas relevantes para Portugal, à semelhança do sucedido com a conferência da dívida pública. O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) usou, de seguida, da palavra, considerando que, sem prejuízo da importância do tema, poderia ser proposto um formato diferente, sublinhando ainda as informações recorrentemente dadas à Assembleia da República pela Autoridade Tributária e Aduaneira sobre esta matéria, termos em que propôs ao PCP a reformulação da proposta efetuada. O Senhor Deputado João Galamba (PS) considerou, não obstante o interesse do tema, estar em causa um formato difícil de compatibilizar com a agenda de trabalhos da Comissão. Por seu turno, a Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) considerou de difícil concretização a proposta tal como a apresentada pelo PCP, recordando ainda o amplo debate público que tem havido em torno de impostos como o IRC e o IRS. O Senhor Deputado Paulo

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

Sá (PCP) considerou que a proposta não é incompatível com os trabalhos da Comissão, recordando que o formato não significa a individualização das audições, termos em que solicitou o adiamento da votação do Requerimento com vista à reflexão, pelos Grupos Parlamentares, sobre a proposta dele constante.

**9. Deliberação sobre as auditorias a determinar ao Governo e a solicitar ao Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 62.º da Lei de Enquadramento Orçamental, referentes ao ano de 2014.**

Atenta a inexistência de propostas, o Senhor Presidente solicitou a apresentação das mesmas, nos termos estabelecidos pela Comissão.

**10. Distribuição de iniciativas europeias.**

Os Senhores Deputados tomaram conhecimento de um conjunto de iniciativas europeias remetidas à Comissão, tendo ainda sido distribuídas, para elaboração de relatório, a [Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Banco Central Europeu e ao Eurogrupo - Semestre Europeu 2015: Análise dos desafios no domínio do crescimento, prevenção e correção dos desequilíbrios macroeconómicos e resultados das apreciações aprofundadas nos termos do Regulamento \(UE\) n.º 1176/2011](#) [COM(2015)85] e o [Relatório relativo a Portugal 2015 que inclui uma apreciação aprofundada sobre a prevenção e correção dos desequilíbrios macroeconómicos](#) [SWD(2015)41], sendo nomeado relator o Senhor Deputado Vieira da Silva (PS); o [Livro Verde - Construção de uma União dos Mercados de Capitais](#) [COM(2015)63], tendo sido nomeada a Senhora Deputada Vera Rodrigues (CDS-PP), e, por último, a [Proposta de Decisão do Conselho relativa às orientações para as políticas de emprego dos Estados-Membros](#) [COM(2015)98] e da [Recomendação de Recomendação do Conselho relativa às orientações gerais para as políticas económicas dos Estados-Membros e da União](#) [COM(2015)99], sendo nomeado relator o Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD).

**11. Apreciação das respostas da Comissão Europeia relativas à Recomendação do Conselho sobre a aplicação das orientações gerais de política económica para os Estados-Membros cuja moeda é o euro [COM(2014)401], e à Recomendação do Conselho relativa ao Programa Nacional de Reformas para 2014 de Portugal e que formula um parecer do Conselho sobre o Programa de Estabilidade para 2014 de Portugal [COM(2014)423], ambas escrutinadas pela COFAP.**

O Senhor Presidente deu nota das respostas da Comissão Europeia à pronúncia da Assembleia da República relativa a duas iniciativas escrutinadas pela COFAP. Nestes termos, deliberou a Comissão contactar os Senhores Deputados Jorge Paulo Oliveira (PSD) e Lídia Bulcão (PSD), relatores, respetivamente, da [Recomendação do Conselho sobre a aplicação das orientações gerais de política económica para os Estados-Membros cuja moeda é o euro \[COM\(2014\)401\]](#) e da [Recomendação do Conselho relativa ao Programa Nacional de Reformas para 2014 de Portugal e que formula um parecer do Conselho sobre o Programa de Estabilidade para 2014 de Portugal \[COM\(2014\)423\]](#), no sentido de aferir da oportunidade de emitir uma resposta às cartas da Comissão Europeia.

**12. Participação da COFAP nas Jornadas Parlamentares da OCDE.**

O Senhor Deputado João Galamba (PS) deu nota dos principais pontos do programa das terceiras [Jornadas Parlamentares da OCDE](#), nas quais participara, conjuntamente com o Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD), em representação da Comissão. Este último não interveio no presente ponto da Ordem do Dia por se encontrar ausente em missão ao estrangeiro.

**13. Participação da COFAP no Seminário de Alto Nível sobre Fiscalização Legislativa e Controlo Externo das Contas nos PALOP e em Timor-Leste.**

O Senhor Presidente da Comissão deu conta da sua participação no Seminário de Alto Nível sobre Fiscalização Legislativa e Controlo Externo das Contas nos PALOP e em Timor-Leste, dando nota da apresentação efetuada sobre o acompanhamento e fiscalização, pela Comissão, da elaboração e execução do Orçamento do Estado, sobre o relacionamento da Comissão com o Tribunal de Contas e sobre o papel da UTAO.

**14. Outros assuntos.**

O Senhor Presidente recordou a distribuição, na véspera, do Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, tendo havido concordância dos Grupos Parlamentares para a sua apreciação. Nestes termos, o Senhor Deputado João Galamba (PS) apresentou o requerimento com vista à audição do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e do senhor Presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos, sobre a denominada “Lista de Contribuintes VIP”. Em sede de debate, interveio o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD), anuindo com o teor do Requerimento e apresentando um Requerimento oral com vista à audição da Associação Sindical dos Profissionais da Inspeção Tributária e Aduaneira e do Diretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, sobre o mesmo tema. O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) recordou, ainda, já estar em curso um processo inspetivo pela Inspeção-Geral de Finanças, com vista ao apuramento dos factos. Todas as propostas foram consensualmente aceites pelos Grupos Parlamentares.

Não se registando outras intervenções, o Senhor Presidente deu por concluídos os trabalhos do dia.

A reunião foi encerrada às 10:55 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 18 de março de 2015

**O PRESIDENTE,  
EDUARDO CABRITA**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira  
Carlos Santos Silva  
Cecília Meireles  
Conceição Bessa Ruão  
Cristóvão Crespo  
Duarte Pacheco  
Eduardo Cabrita  
Elsa Cordeiro  
Fernando Virgílio Macedo  
João Galamba  
José de Matos Rosa  
Paulo Sá  
Sónia Fertuzinhos  
Vera Rodrigues  
Vieira da Silva  
Nuno Serra  
Pedro Pimpão  
Vasco Cunha

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Santos  
Pedro Filipe Soares  
Pedro Nuno Santos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

João Paulo Correia  
Jorge Paulo Oliveira  
Nuno Reis